



POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL

Angela Regina Heinzen Amin Helou, UFSC, angela.amin@uol.com.br

Greicy Kelli Spanhol Lenzi, UFSC, greicy@led.ufsc.br

Ana Donner Abreu, ASSESC, anadonnerabreu@hotmail.com

Gerson Saiss, ASSESC, gersonsaiss@hotmail.com

Neri dos Santos, UFSC, neri@egc.ufsc.br

Resumo

Com o advento das tecnologias, a sociedade demanda cada vez mais pela inclusão digital da população. Entretanto, em um país marcado por suas desigualdades sociais e também topográficas, faz-se necessário fomentar políticas públicas que contemplem as especificidades de cada região. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é apresentar como a disponibilização da internet gratuita, a implantação de Telecentros e a capacitação da comunidade auxiliam na inclusão digital das pessoas. Os procedimentos metodológicos adotados foram a pesquisa aplicada, descritiva, bibliográfica, documental, o estudo de caso e o questionário estruturado. Como resultado, verificou-se que, a partir da implantação de dois projetos conjuntos em um município da área rural, o uso das tecnologias promoveu a socialização dos indivíduos, ao mesmo tempo em que favoreceu o acesso a novos conhecimentos e diferentes culturas, propiciando, desta maneira, o início de uma nova dimensão de cidadania.

Palavras-Chave: Inclusão Digital; TICs; Telecentros.

DIGITAL INCLUSION'S PUBLIC POLICY

Abstract

With the technology's advent, the society increasingly demands for digital inclusion. However, in a country marked by social inequalities and also by differentiated topography, it is necessary to promote public policies that address the specific demands of each region. Thus, the aim of this paper is to show how the availability of free internet, the deployment of telecenters and community empowerment can help people in digital inclusion. The methodological procedures have been applied research and descriptive; literature and documental review; the case study and questionnaire. As a result it was found that since the implementation of two joint projects in a rural area of the municipality, the use of technology promoted the socialization of individuals, at the same time that favored access to new knowledge and different cultures, starting a new dimension of citizenship.

Key-words: Digital Inclusion; ICTs; Telecenters.

1 INTRODUÇÃO

A emergência da sociedade do conhecimento implica na criação de ações que promovam a inclusão digital, pois a implementação das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) ocorre em um contexto marcado por inúmeros processos de exclusão social.

Há uma crescente ligação das atividades humanas com as tecnologias digitais e exemplos vêm demonstrando que as TICs, quando bem utilizadas, podem incrementar de forma significativa o desenvolvimento e o crescimento econômico, a equidade social, o intercâmbio cultural, a pesquisa e a melhoria educacional da população.

No entanto, existe também o reconhecimento dos diferentes ritmos de expansão das novas tecnologias que ainda carecem de uma política de acesso por parte de um grande contingente de excluídos digitais.

A defasagem de tempo da inclusão digital tende a acentuar as diferenças econômicas, culturais e sociais, visto que, ao possuir os recursos informatizados, o incluído terá acesso a diferentes culturas e estímulos adicionais de criatividade e raciocínio, enquanto o excluído fica impossibilitado de encontrar a informação básica, bem como novos temas e conhecimentos (Mattos; Santos, 2009).

Assim, essa assimetria no ritmo de acesso às TICs amplia os obstáculos ao desenvolvimento econômico em geral e ao desenvolvimento das pessoas em particular, pois é no meio digital que se encontram inúmeros estoques de informações que podem auxiliar na criação e retenção do conhecimento tanto pessoal quanto organizacional.

Neste cenário, com o objetivo de reduzir a infoexclusão é preciso criar meios para que a população tenha acesso a essas tecnologias. A Administração Pública já reconhece essa necessidade, uma vez que constituiu políticas públicas voltadas especificamente para esse fim.

As Políticas Públicas são manifestadas em programas, projetos e ações com intuito de causar impacto na sociedade. Especificamente sobre as Políticas Públicas de Inclusão Digital, pode-se citar como exemplo o Programa de Inclusão Digital do Ministério de Ciência e Tecnologia que busca implantar Centros de Inclusão Digital preferencialmente em comunidades carentes.

Destarte, o objetivo deste artigo é apresentar como a disponibilização da internet gratuita, a implantação de Telecentros e a capacitação da comunidade auxiliam na inclusão digital das pessoas. Para tal, será apresentado um estudo de caso a partir da experiência do Município de Santa Rosa de Lima, que fica localizado em uma área rural repleta de acidentes topográficos, no interior de Santa Catarina.

2 INCLUSÃO DIGITAL E EXCLUSÃO DIGITAL

Na sociedade do conhecimento a difusão e a apropriação dos recursos tecnológicos são apresentadas como solução para os mais diversos problemas sociais e econômicos, uma vez que melhorias na qualidade de vida, aumento da renda e as possibilidades de emprego podem ser obtidas com a apropriação e a utilização das TICs (Mattos; Santos, 2009).

Castells (1999), inclusive, acredita que surgiu um novo capitalismo denominado Informacional. Para o autor essa nova era se baseia em um suposto aumento generalizado da produtividade nos diferentes setores da atividade econômica, na ascensão da chamada sociedade em rede, na nova divisão do trabalho e na superestrutura informacional e nos efeitos culturais e políticos decorrentes da expansão das tecnologias.

Deste modo, o que caracteriza a atual revolução promovida pelas TICs não é sua centralidade na informação e no conhecimento, mas a transformação destes em forças educativas e produtivas.

Nesse contexto, a grande contribuição de envolver as pessoas e organizações na era digital é possibilitar que a informação seja cada vez mais um elemento de inclusão social, oferecendo oportunidades para o desenvolvimento de todos (Freire, 2006).

A premissa que funciona como pano de fundo para essa constatação é de que a informação sempre foi importante no desenvolvimento sociocultural da humanidade, mas ganha nova relevância na sociedade contemporânea (Freire, 2006).

Nessa perspectiva, a informação é definida como elemento estrutural relevante, com a competência de gerar conhecimento no indivíduo, em seu grupo e na sociedade. Tudo que possa intermediar o encontro da informação – estrutura significativa – com o indivíduo, concorrendo para transformar a estrutura cognitiva e produzir conhecimento proveitoso para a sociedade, adquire, assim, relevância (Freire, 2006).

A autora (2006), ainda, considera que é importante contribuir para concretização de ações de socialização da informação, pois o acesso ao conhecimento disponível nos estoques de estruturas significativas – informação – é um fator básico para o desenvolvimento individual e coletivo.

Freire (2006, p. 229) coloca que “o escopo e a abrangência dos espaços de informação dependeriam de sua ancoragem tanto nas esferas locais de produção e comunicação, quanto na disponibilidade de acesso às fontes globais de informação”. Por esse viés de análise, a sociedade está dividida em dois pólos: de um lado os digitalmente incluídos - detentores das tecnologias dominantes, e de outro os digitalmente excluídos – indivíduos que não possuem acesso ao recurso social primário (informação).

Buzato (2008) afirma que inclusão e exclusão não representam estar dentro ou estar fora, partilhar do consenso ou alienar-se, mas sim, dois modos simultâneos de estar no mundo. A exclusão digital diz respeito às conseqüências sociais, econômicas e culturais da distribuição desigual do acesso às TICs, onde a universalização do acesso é, antes de tudo, um instrumento para diminuir os danos sociais do ponto de vista da luta contra a desigualdade (Sorj; Guedes, 2005).

Almeida e Paula (2004) a isso se referem quando descrevem que as pessoas que vivem às margens da sociedade informatizada têm maior dificuldade ou até mesmo sentem-se impedidas de executar algumas tarefas tornadas simples pelo uso de serviços baseados em TICs. Para os autores o termo exclusão digital deve ser usado para sintetizar um contexto que impede as pessoas de participar dos benefícios das novas tecnologias.

Para Schwartz (2000), a exclusão digital não é ficar sem computador ou celular; é as pessoas serem incapazes de pensar, de criar e de organizar novas formas que sejam mais justas e dinâmicas de produção e distribuição de riqueza simbólica e material.

Destarte, a inclusão digital pode ser entendida como o acesso à informação que está nos meios digitais e que possibilita a assimilação e re-elaboração dessas em novos conhecimentos, tendo como conseqüência desejável a melhoria de qualidade de vida das pessoas (Silva et al., 2005).

Conseqüentemente a inclusão digital deve expressar um conceito que encerre uma consideração profundamente humanista e que promova a conquista da cidadania digital e contribua para uma sociedade mais igualitária (Silva et al., 2005).

Mattos e Chagas (2008) postulam que existem três fatores que devem ocorrer simultaneamente para que se consolide a inclusão digital: a existência das TICs, a disponibilidade de renda e a educação que capacite as pessoas a compreender e trabalhar como com conteúdos gerados pelas TICs.

Para Silveira (2003) a inclusão digital deve representar: (a) uma ampliação da cidadania; (b) uma melhor inserção das camadas mais pobres ao mercado de trabalho; (c) um progresso das pessoas em termos de educação formal que incorpore o pensamento crítico, melhoria da formação sociocultural e participação efetiva na sociedade do conhecimento.

Nesse sentido, a inclusão digital deve ser um projeto estratégico, com o objetivo de integrar, coordenar e fomentar o desenvolvimento e a disseminação dos recursos tecnológicos em diferentes setores da sociedade possibilitando melhorias significativas para toda a população.

2.1 Inclusão e Exclusão digital no Brasil

No Brasil a difusão das TICs teve início nos anos 80, sendo que na metade dos anos 90 houve uma rápida propagação do uso dessas tecnologias (Mattos, 2005).

Segundo Sorj e Guedes (2005), o processo desigual de disseminação das TICs reflete o nível desigual de riqueza e escolaridade presentes nas diferentes regiões e cidades do país, assim como no interior dos grupos pobres, entre gêneros, raças, comunidades e grupos etários, ou seja, a renda não é o único elemento dominante de inclusão digital.

Para Mattos e Santos (2009), os números da exclusão digital no Brasil, especificamente as estatísticas que relacionam diretamente renda e acesso as TICs confirmam a realidade social do país, repleta de disparidades socioeconômicas.

Brito et al. (2005) colocam que o problema da exclusão digital geralmente é precedido e acompanhado por outros tipos graves de problemas, tais como: educação; infraestrutura de telecomunicações; e interesses políticos.

Assim, exclusão social e exclusão digital são mutuamente causa e consequência (Almeida; Paula, 2005), e em uma sociedade marcada por aspectos tão desiguais, a evolução tecnológica não vai trazer, por si só, a homogeneização regional e social. Esse patamar, que poderá ser conseguido com o uso das TICs, dependerá da maneira pela qual ocorre a sua difusão, o que inclui aspectos institucionais, organizacionais e jurídicos que afetem a distribuição das informações (Mattos, 2005).

Destarte, na sociedade em rede se faz necessária a redefinição dos espaços de informação que permitam a vinculação comunicacional para que os problemas e projetos locais e globais se articulem permitindo uma redefinição das agendas e dos conteúdos das políticas públicas a luz da opinião dos atores envolvidos (Castells, 1999).

Nesse sentido, devido à complexidade dos desafios da inclusão digital em um País tão heterogêneo, esta não pode ser apenas uma teoria, e sim deve ser cada vez mais institucionalizada e apropriada pelo Estado brasileiro em forma de políticas públicas.

2.2 Políticas Públicas de Inclusão Digital e o Programa de Inclusão Digital do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

Uma política pública pode ser definida como um conjunto de ações de governo que produzem efeitos específicos e influenciam a vida das pessoas. A formulação de políticas públicas constitui-se no estágio em que os governos traduzem seus propósitos em programas e ações que pretendem produzir resultados ou mudanças no mundo real. Ou seja, políticas públicas depois de desenhadas e formuladas, desdobram-se em planos, programas e projetos (Souza, 2006).

Esses programas devem coordenar o desenvolvimento de uma sinergia nas infraestruturas físicas, elétricas e óticas, e devem assegurar a coerência, integração, segurança e interoperacionalidade das ações dos diferentes serviços públicos, racionalizando-se os custos, e deve ser considerada uma política de Estado de longo prazo (Brito et al., 2005).

Segundo Mattos e Chagas (2008), as políticas públicas de inclusão digital devem se nortear por cinco aspectos fundamentais: (a) inserir no mercado de trabalho e gerar renda; (b) melhorar relacionamento entre cidadãos e poderes públicos; (c) melhorar e

facilitar tarefas cotidianas das pessoas; (d) incrementar valores culturais e sociais e aprimorar a cidadania e (e) difundir conhecimento tecnológico.

Buscando atender a política pública de inclusão digital, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) desenvolveu um Programa de Inclusão Digital. O programa visa a implantação de Centros de Inclusão Digital priorizando municípios e áreas rurais com menor índice de desenvolvimento humano (IDH) além das comunidades tradicionais (MCT, 2011).

O objetivo é implementar Telecentros em comunidades menos favorecidas, viabilizando o acesso a tecnologia, onde o público-alvo recebe capacitação em informática básica e navegação na rede mundial de computadores, o que contribui para a melhoria da educação e no aprimoramento das pessoas (MCT, 2011), conforme pode-se observar na figura 1.



Figura 1 - Mapa de Telecentros implantados no Programa de Inclusão Digital do MCT
Fonte: ONID (2011)

O foco do programa é capacitar a população com intuito de contribuir para a melhoria da educação, aperfeiçoamento dos jovens para o mercado de trabalho e dos trabalhadores em práticas relacionadas com a informática. As diretrizes procuram concretizar a oferta dos meios, instrumentos e facilidades para que os excluídos digitais participem ativamente do processo de inclusão social (MCT, 2011).

Os macro-objetivos do programa são: (a) a desconcentração das atividades de pesquisa; (b) o combate aos desequilíbrios regionais; (c) a promoção da melhoria da qualidade de vida da população; (d) o aumento da produtividade científica e tecnológica; (e) a expansão do extensionismo aliado ao domínio das TICs; (f) a inclusão de pesquisadores em projetos de relevância estratégica, econômica e social; (g) a apropriação do conhecimento pelas comunidades. Evidencia-se, portanto, que estes Telecentros no meio rural e urbano, são instrumentos de promoção do processo de inserção social (MCT, 2011).

Dentre os Telecentros implementados no Brasil está o do Município de Santa Rosa de Lima que é o estudo de caso descrito neste artigo.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos de uma pesquisa podem ser classificados pela sua natureza, seu objetivo e pelas técnicas empregadas. A natureza foi aplicada, pois buscou-se “gerar conhecimentos para aplicação prática e dirigida à solução de problemas específicos” (Souza et al. 2007, p. 38).

O objetivo foi descritivo, uma vez que delineou-se “as características de determinada população ou fenômeno” (Gil, 2009, p. 42).

As técnicas de pesquisa empregadas foram à pesquisa bibliográfica, documental, o estudo de caso e o questionário estruturado. As pesquisas bibliográfica e documental proveram subsídios para a construção da base teórica. O estudo de caso e a aplicação do

questionário possibilitaram um estudo aprofundado e o entendimento de como a disponibilização da internet e a implantação dos telecentros auxiliam na inclusão digital de uma população.

Para a coleta de dados foi elaborado um questionário estruturado variando entre questões fechadas e escala *Likert*. A escala *Likert* é composta por 5 proposições, sendo que para este trabalho optou-se pela seguinte classificação: 5 concordo plenamente, 4 concordo parcialmente, 3 indiferente, 2 discordo parcialmente e 1 discordo plenamente.

O universo era de 2.065 habitantes na cidade. Assim a amostra foi composta por 50 pessoas usuárias de TICs que residiam no local. O tipo de amostra foi probabilista ou aleatória. Os entrevistados variaram entre usuários do telecentro, funcionários públicos locais, alunos de escolas públicas, entre outros cidadãos de Santa Rosa de Lima. O questionário objetivava pesquisar como o acesso a internet, a implantação de telecentros e a capacitação da comunidade auxiliam na inclusão digital das pessoas.

Ao término da coleta de dados iniciou-se o tratamento e análise dos mesmos. Primeiramente, foi realizada uma classificação dos dados onde foram estabelecidas 5 categorias de investigação baseadas nos 5 aspectos fundamentais para a inclusão digital citados por Mattos e Guedes (2008), acrescidas de uma categoria para caracterização da população.

Assim, as categorias estabelecidas foram: caracterização da população da amostra; inserção no mercado de trabalho e geração de renda; melhorar relacionamento entre cidadãos e poderes públicos; melhorar e facilitar tarefas cotidianas das pessoas; incrementar valores culturais e sociais e aprimorar a cidadania; e difundir conhecimento tecnológico. A partir disso, foi realizada a análise por porcentagem das respostas dos entrevistados.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O município de Santa Rosa de Lima estabeleceu uma política municipal para inclusão digital, e desde então vem promovendo diversos projetos para atender a demanda de inclusão digital da população. Entre os projetos pode-se citar o programa internet gratuita e a implementação de dois telecentros.

Com área de 203 km² o município possui 2.065 habitantes, sendo que 75% vivem na área rural. Está localizado há 120 km de Florianópolis, capital de Santa Catarina, sul do Brasil. A base de sua economia está calcada na agricultura orgânica, ovinocultura, suinocultura, no pastoreio, abatedouro de frango, piscicultura orgânica e convencional e silvicultura. Desenvolve, ainda, atividades no setor de turismo nas propriedades agrícolas com educação ambiental, águas termominerais e turismo de aventura.

O projeto de inclusão digital foi iniciado em 2009 e hoje 100% do município possui acesso gratuito a internet. A responsabilidade da Prefeitura consistiu na instalação de toda a rede física e as torres de transmissão cabendo a cada família a instalação dos equipamentos em suas propriedades.

Estevão, Souza e Dias (2010) criticam que as ações voltadas para a política de inclusão digital no espaço rural restringem-se a escassas e desarticuladas iniciativas de disponibilização de, somente, equipamentos e conexões. Trata-se mais de acesso a internet do que a inclusão digital propriamente dita.

Assim, como a prefeitura objetivava a inclusão digital da população, além da disponibilização da internet para todos, também implantou dois telecentros advindos do Programa de Inclusão Digital do MCT, nos quais as instalações com toda infraestrutura e acesso a internet contam com profissionais para, entre outras finalidades, ensinar as

peças manusearem as máquinas, usarem a web, fazerem pesquisas, compartilharem conhecimento via rede, auxiliarem na educação a distância etc.

O primeiro telecentro foi instalado no meio rural, pois a comunicação era precária na região. Posteriormente foi instalado o segundo telecentro este no meio urbano do município. Após a instalação destes telecentros e do alcance de internet em 100% na totalidade da área, o município passou a ter diversos projetos que auxiliam na gestão municipal, tais como na saúde, no processo econômico local, na educação, entre outros. Entre os projetos que visam atender estes quesitos pode-se citar: Sistema de Informatização da Prefeitura (que interliga a secretarias municipais); implantação da Telemedicina; Teleconferências; e Educação a Distância.

O foco da Prefeitura estava em atender os aspectos que consolidam a inclusão digital citados por Mattos e Chagas (2008) e apresentados no item 2.2 deste artigo.

A partir da implantação destes projetos, diversas mudanças ocorreram no município. Assim, buscou-se verificar quais os principais impactos que a inserção de tecnologia causou na população. Para tal, foi aplicado um questionário com perguntas fechadas e escala *Likert* (onde 5 representava CONCORDO PLENAMENTE e 1 DISCORDO PLENAMENTE conforme explicitado nos procedimentos metodológicos) em 50 habitantes do município.

4.1 Caracterização da população da amostra

A faixa etária dos entrevistados variou entre 7 e 60 anos, sendo que 52% se encontram com idades entre 24 e 46 anos. A escolaridade da população que respondeu o questionário era de 32% até a 8ª. Série Incompleta; 24% com 8ª. Série Completa; 24% com 2º. Grau Completo; 20% com Superior Completo.

A atividade produtiva dos entrevistados consistia em 44% no setor agrícola; 32% na administração pública; 24% ainda não trabalham. No caso, 100% dos entrevistados são usuários de tecnologia.

Dentre a população entrevistada 76% possuem computador em casa e apenas 14% não possuem. Dentre todos, 60% acessam a internet principalmente de casa; 32% do trabalho e 8% somente no telecentro.

A partir do item 4.2, o questionário foi direcionado para os 5 aspectos fundamentais para inclusão digital, segundo Mattos e Chagas (2008). Destarte, as questões e respostas representam as principais mudanças ocorridas no município após a implantação dos telecentros e a disponibilização da internet para todo o município.

4.2 Inserção no mercado de trabalho e geração de renda

Para 68% da população houve um crescimento nas ofertas de vagas para trabalhar em diferentes áreas na cidade, sendo que 12% ponderam que não ocorreu nenhuma diferença e 20% não responderam a questão.

Questão	Respostas
A Internet melhorou meu desempenho profissional.	40% concordam plenamente; 22% concordam parcialmente; 10% discordam parcialmente; e 18% discordam plenamente. 10% não responderam a pergunta.
Obtive novas oportunidades de trabalho e estudo.	48% concordam plenamente; 22% concordam parcialmente; 18% indiferentes. 12% não responderam a pergunta.
As condições econômicas da comunidade melhoraram (melhores salários, mais renda com divulgação do turismo etc.).	28% concordam plenamente; 40% concordam parcialmente; 18% são indiferentes; e 14% discordam parcialmente.

Quadro 1- Inserção no mercado de trabalho e geração de renda

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2011)

A implantação dos telecentros e da internet teve impactos tanto social como econômico relacionados à geração de emprego e renda, uma vez que em todos os tópicos acima apresentados mais de 60% da população concordaram.

4.3 Melhorar relacionamento entre cidadãos e poderes públicos

Conforme 62% da população a comunidade está mais articulada e as pessoas passaram a resolver problemas do bairro em conjunto com o poder público, sendo que 28% dos entrevistados não perceberam nenhuma melhoria.

Questão	Respostas
Houve uma melhora no processo de gestão da prefeitura, como por exemplo: telefone (secretarias interligas por internet) e viagens (utilização de teleconferências para reunião).	28% concordam plenamente; 25% concordam parcialmente; 20% indiferentes; 12% discordam parcialmente; e 10% discordam parcialmente. 15% não responderam a pergunta.
Houve maior desenvolvimento no setor da saúde do município.	70% concordam plenamente; 20% concordam parcialmente; e 10% indiferentes.

Quadro 2- Melhorar relacionamento entre cidadãos e poderes públicos

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2011)

A partir das respostas verificou-se que o incremento das tecnologias potencializou o relacionamento entre cidadãos, comunidades e poder público.

4.4 Melhorar e facilitar tarefas cotidianas das pessoas

Para 95% dos entrevistados ocorreram diversas modificações na comunidade facilitando o seu dia-a-dia a partir da disponibilização das TICs para todos, e 5% não responderam à questão.

Questão	Respostas
Utilizo a internet como meio de socialização e compartilhamento do conhecimento para minhas atividades de trabalho.	30% concordam plenamente; 45% concordam parcialmente; 10% são indiferentes; e 15% discordam parcialmente.
Utilizo a internet como meio de comunicação em substituição ao telefone, cartas, entre outros.	22% concordam plenamente; 58% concordam parcialmente; 10% indiferentes. 10% não responderam a pergunta.

Quadro 3- Melhorar e facilitar tarefas cotidianas das pessoas

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2011)

Segundo mais de 70% dos entrevistados a implementação dos dois projetos otimizou o fazer diário de todos.

4.5 Incrementar valores culturais e sociais e aprimorar a cidadania

Para 85% dos entrevistados a vida melhorou em algum aspecto depois de ter acesso a TICs, sendo que apenas 15% disseram não ter ocorrido nenhuma alteração significativa.

Questão	Respostas
Tenho aprimorado meus estudos depois da Internet e/ou voltei a estudar.	30% concordam plenamente; 24% concordam parcialmente; 20% são indiferentes; e 14% discordam plenamente. 12% não responderam a questão.
Exerço melhor minha cidadania e/ou participo mais da vida da comunidade usando os recursos da Internet.	30% concordam plenamente; 24% concordam parcialmente; 10% discordam parcialmente; e 16% discordam plenamente. 20% não responderam a pergunta.
Lazer	30% concordam plenamente; 20% concordam parcialmente; 20% são indiferentes; 20% discordam parcialmente; e 10% discordam plenamente.
Houve maior desenvolvimento no setor da educacional do município a	80% concordam plenamente; 20% concordam parcialmente.

partir da utilização da EAD

Quadro 4- Incrementar valores culturais e sociais e aprimorar a cidadania

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2011)

Com a introdução das TICs e disponibilização da internet gratuitamente para todos, observou-se que houve uma melhora considerável no que diz respeito à questão da educação no município. Isso pode ser verificado no IDEB do município que passou a ser de 5,1, ou seja, acima da média nacional.

4.6 Difundir conhecimento tecnológico

Na amostra, 45% dos respondentes utilizam regularmente o telecentro, pois 22% consideram a velocidade da internet muito boa, 72% qualificam como boa e apenas 6% classificam como regular. E 80% da população utiliza esporadicamente o telecentro para se capacitar no uso tanto da internet como dos aplicativos e programas computacionais.

Questão	Respostas
Ampliação do conhecimento	100% concordam plenamente.
Mais informação	88% concordam plenamente; 12% concordam parcialmente;
Outras formas de relacionamento	12% concordam plenamente; 48% concordam parcialmente; 18% são indiferentes; 22% discordam parcialmente.
Estar conectado com o mundo	96% concordam plenamente. 4% não responderam a pergunta.

Quadro5 – Incrementar valores na área da educação, conhecimento e socialização

Fonte: Desenvolvido pelos autores (2011)

Cabe ressaltar que 90% dos entrevistados consideram que o fato de ter um professor disponível em cada telecentro para auxiliar no ensino do uso da internet e de aplicativos potencializa a inclusão digital das pessoas, e apenas 10% consideram que não seria necessária a presença do professor.

Assim, com a implantação dos dois projetos e, conseqüentemente, a difusão do conhecimento tecnológico, ao ser questionado se os entrevistados se consideravam incluídos digitais, 86% responderam que sim e 14% não informaram, ou seja, nenhum dos entrevistados assinalou que se considerava um excluído digital.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A necessidade da inclusão digital é premente na Sociedade atual. Entretanto, em um País em que as desigualdades econômicas e sócio-culturais são tão evidentes, proporcionar a população o acesso às TICs se torna um desafio complexo. Esse desafio é ainda mais marcante quando se trata do meio rural, onde a infraestrutura em muitos lugares ainda é precária. Nesse sentido, o Estado Brasileiro, buscando promover uma maior adesão dessas localidades ao mundo digital, criou uma política pública voltada para este fim.

O município de Santa Rosa de Lima, que se insere nesta condição rural possuindo uma topografia totalmente irregular que dificulta o acesso à comunicação, desenvolveu uma política municipal para promover a inclusão digital da sua população. Implantou uma rede física de internet possibilitando a todas as residências do município o acesso. Ainda, com o apoio do MCT, disponibilizou dois telecentros para acesso daqueles que não tivessem condições de comprar os equipamentos, impulsionando a educação, a saúde, a economia, entre outros aspectos no município.

A partir da implantação destes dois projetos, a pesquisa demonstrou que o município conseguiu alcançar os cinco aspectos fundamentais para inclusão digital defendidos por Mattos e Guedes (2008). Além disso, os três tópicos colocados por Silveira (2003) também foram contemplados, pois as respostas evidenciam que houve uma melhora significativa no que refere à ampliação da cidadania, melhoria das

condições sócio-econômicas e o aprimoramento da educação conjuntamente com o aumento do acesso ao conhecimento.

Nesse sentido, o uso das TICs permitiu a socialização dos indivíduos alterando as percepções tradicionais de tempo e espaço, ao mesmo tempo em que favoreceu o acesso a novos conhecimentos e diferentes culturas, propiciando, desta maneira, o início de uma nova dimensão de cidadania.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, L. B.; PAULA, L. G. O retrato da exclusão digital na sociedade brasileira. **Revista de Gestão da Tecnologia e Sistemas de Informação**, v. 2, n. 1, p. 55-67, 2005.
- BRITO, S. C.; MASIERO, R. F. C.; MAGALHÃES, D. G. S.; VILAS BOAS, A. A. Impacto da exclusão digital na sociedade e no mercado de trabalho. In: **II SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA (SEGeT'2005)**. Rio de Janeiro, out. 2005. Disponível em: <<http://www.aedb.br/seget/artigos.php?pag=8>>. Acesso em: 26 mai. 2011.
- BUZATO, M. E. K. Inclusão digital como invenção do cotidiano: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Educação**, v.13, n.18, p. 325-342, 2008. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/zetetike/include/getdoc.php?id=625&article=200&mode=pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2011.
- CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede**. v. 1. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- ESTEVÃO, P.; SOUSA, D. N.; DIAS, M. N. Inclusão digital e políticas públicas no meio rural: um estudo sobre os territórios digitais. In: **48º CONGRESSO SOBER**. Campo Grande, jul. 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/1205.pdf>>. Acesso em: 26 mai. 2011.
- FREIRE, I. M. Janelas da Cultura Local: Abrindo Oportunidades para Inclusão Digital. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, n. 3, p. 227-235, set/ dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v35n3/v35n3a22.pdf>>. Acesso em: 25 mai. 2011.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.
- MATTOS, F. A. M. Os limites da inclusão digital no Brasil. In: ENCONTRO LATINO DE ECONOMIA POLÍTICA DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E CULTURA (V ENLEPIC). Bahia, nov. 2005. Disponível em: <<http://www.gepicc.ufba.br/enlepic/pdf/FernandoMattos.pdf>>. Acesso em: 26 nov. 2011.
- MATTOS, F. A. M.; SANTOS, B. D. D. R. Sociedade da informação e inclusão digital: uma análise crítica. **Liinc em Revista**, v. 5, n. 1, março, 2009, Rio de Janeiro, p. 117- 132. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/247>>. Acesso em: 26 mai. 2011.
- MATTOS, F. A. M.; CHAGAS, G. J. N. Desafios para a inclusão digital no Brasil. In: **Revista Perspectivas da Ciência da Informação**, 2008, vol.13, n.1, pp. 67-94.
- MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia. Programa Nacional de Inclusão Digital. Disponível em:< <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/307525.html#tt>>. Acesso em: 26 mai.2011.
- ONID – Observatório Nacional de Inclusão Digital. Disponível em: <<http://www.onid.org.br>>. Acesso em: 26 mai. 2011.
- SCHWARTZ, G. Exclusão digital entra na agenda econômica mundial. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 de janeiro de 2000.
- SILVA H.; JAMBEIRO O.; LIMA J.; BRANDÃO M. Inclusão Digital e Educação para a Competência Informacional: uma questão de ética e cidadania. **Ciência da Informação**, Brasília, v.34, n. 1, p.28-36, jan/abr 2005.
- SILVEIRA, S. A. Inclusão digital, software livre e globalização contra-hegemônica. In: SILVEIRA, S. A.; CASSINO, J. (org.). **Software Livre e Inclusão Digital**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2003.
- SORJ, B.; GUEDES, L. E. Exclusão digital: problemas conceituais, evidências empíricas e políticas públicas. **Novos estudos - CEBRAP**. 2005, n.72, pp. 101-117.
- SOUZA, A. C. de; FIALHO, F. A. P.; OTANI, Nilo. **TCC: Métodos e Técnicas**. Florianópolis: Visual Books, 2007.
- SOUZA, C. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. 2006, n.16, p. 20-45.